

Síntese de Legislação Nacional n.º 1686

Semana de 29 de junho a 3 de julho de 2022

ÍNDICE

Legislação - Coronavírus - COVID-19	página 1 a 3
Legislação - Geral	página 4 a 9
Resumo dos Flash diários	página 9 a 11

Legislação

Geral: Coronavírus - COVID-19

Geral: Estrutura de monitorização da situação de alerta, contingência e calamidade

[Despacho n.º 6868-A/2020](#)

02/07/2020

Determina a composição da estrutura de monitorização da situação de alerta, contingência e calamidade.

Aquicultura: compensação aos Aquicultores

[Portaria n.º 162-B/2020](#)

30/06/2020

Aprova o Regulamento do Regime de Compensação aos Aquicultores pela Suspensão ou Redução Temporárias da Produção e das Vendas em consequência do surto de COVID-19, do Programa Operacional (PO) Mar 2020, para Portugal Continental, ao abrigo da prioridade da União Europeia estabelecida no n.º 2 do artigo 6.º do Regulamento (UE) n.º 508/2014

Data de produção de efeitos: 01/01/2020

Comércio e Serviços - Lisboa: horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais Lisboa

[Despacho n.º 6906-A/2020](#)

03/07/2020

Determina que, na Área Metropolitana de Lisboa, os estabelecimentos de comércio a retalho e de prestação de serviços, bem como os que se encontrem em conjuntos comerciais, que estejam autorizados a funcionar vinte e quatro horas por dia mas que, nos termos do artigo 5.º

da Resolução do Conselho de Ministros n.º 51-A/2020, de 26/06, estejam obrigados a encerrar às 20 horas, podem reabrir às 6 horas, bem como os estabelecimentos de prestação de serviços de aluguer de veículos de passageiros ou de mercadorias sem condutor estão excetuados do disposto no n.º 1 do artigo 5.º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 51-A/2020, podendo, sempre que o respetivo horário de funcionamento o permita, encerrar à 1 hora e reabrir às 6 horas

Transporte Terrestre coletivo de passageiros: controlos móveis nas viaturas de transporte coletivo de passageiros

[Despacho n.º 6756-B/2020](#)

30/06/2020

Institui controlos móveis a viaturas de transporte coletivo de passageiros, autocaravanas nos termos da deliberação n.º 281/2019, do IMT, I. P., e a viaturas ligeiras, com vista a informar os cidadãos nacionais de regresso a território nacional, e os cidadãos estrangeiros, dos deveres a que estão sujeitos, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

Data de produção de efeitos: 30/06/2020

Transporte Marítimo de passageiros: interdição do desembarque

[Despacho n.º 6756-A/2020](#)

30/06/2020

Mantém até 15/07/2020 a interdição do desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais, inicialmente previsto no [Despacho n.º 5520-B/2020](#), de 14/05.

Transporte Aéreo de passageiros: suspensão de vôos de e para países extracomunitários

[Despacho n.º 6756-C/2020](#)

30/06/2020

Prorrogação até 15/07/2020 das medidas restritivas do tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal, com determinadas exceções, inicialmente previsto no [Despacho n.º 3427-A/2020](#), de 18/03

Justiça: prática de atos por meios de comunicação à distância

[Decreto-Lei n.º 30-A/2020](#)

29/06/2020

Prorroga até 31/12/2020 a vigência do [Decreto-Lei n.º 16/2020](#), de 15/04, que aprovou normas excecionais e temporárias destinadas à prática de atos por meios de comunicação à distância, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

Administração Pública: intervenientes na gestão de casos de doença COVID-19

[Despacho n.º 6825-A/2020](#)

01/07/2020

Determina que os intervenientes na gestão de casos de doença COVID-19 e dos seus contactos, que participam na vigilância epidemiológica e no apoio à sua realização em Lisboa e Vale do Tejo (**e que são:** *Proteção Civil Municipal, os Serviços de Ação Social Municipais, o Centro Distrital de*

Lisboa do Instituto da Segurança Social, as Autoridades de Saúde Pública, as Unidades de Cuidados na Comunidade e as forças de segurança), se encontram vinculados a um especial dever de colaboração e de celeridade na sua atuação, no quadro das suas competências.

Data de produção de efeitos: 01/07/2020

Setor da Educação: Ensinos básico e secundário

[Lei n.º 20/2020](#)

01/07/2020

1ª alteração ao [Decreto-Lei n.º 14-G/2020](#), de 13/04, que estabelece as medidas excecionais e temporárias na área da educação, no sentido de garantir que a excecionalidade da situação provocada pela pandemia da doença COVID-19 não prejudica o direito ao gozo de férias por parte dos alunos, pessoal docente e não docente, bem como a abertura de concursos para contratação e vinculação de trabalhadores que cumpram necessidades permanentes nas escolas.

Data de produção de efeitos: 02/07/2020

Transporte de doentes: apoios

[Despacho n.º 6719-A/2020](#)

29/06/2020

Prorroga a vigência das medidas de carácter extraordinário, temporário e transitório, de resposta à epidemia SARS-CoV-2 no âmbito da atividade de transporte de doentes, inicialmente previsto no [Despacho n.º 4024-A/2020](#), de 1/04.

Data de produção de efeitos: 30/06/2020

Setor da Saúde e Social: apoios extraordinários / Contrato emprego-inserção (CEI) e do Contrato emprego-inserção+ (CEI+)

[Portaria n.º 162/2020](#)

30/06/2020

1ª alteração à [Portaria n.º 82-C/2020](#), de 31/03, que criou a medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde durante a pandemia da doença COVID-19 e introduziu um regime extraordinário de majoração das bolsas mensais dos «Contrato emprego-inserção» (CEI) e «Contrato emprego-inserção+» (CEI+) em projetos realizados nestas instituições, prorrogando-a até 31/12/2020, em cumprimento do ponto **2.1.1 — ATIVAR PT Apoios ao emprego**, do PEES (Programa de Estabilização Económica e Social), republicando-a.

Data de produção de efeitos: 01/07/2020 / Data de cessação de efeitos: 31/12/2020

Atividades Musica e Associativas: apoios

[Decreto Legislativo Regional n.º 15/2020/A](#)

02/07/2020

Medidas excecionais e transitórias de apoio à atividade das sociedades recreativas e filarmónicas, bem como das escolas de música, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

Data de produção de efeitos: 03/07/2020 / Data de cessação de efeitos: 31/12/2020

Legislação – Geral (sem relação c/ corona vírus)

IVA - Prorrogação do prazo para entrega da declaração periódica e pagamento do respetivo imposto.

[Ofício-circulado n.º 30224/2020](#)

01/07/2020

A AT clarifica e esquematiza os novos prazos de entrega das várias declarações de IVA com base na decisão de prorrogação decidido pelo Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais através do Despacho n.º 229/2020-XXII, de 24 de junho (complemento ao [ofício circulado n.º 30221, de 12/05](#)).

Geral: taxas da propriedade industrial

[Deliberação n.º 711-A/2020](#)

01/07/2020

Atualização das taxas de propriedade industrial praticadas pelo INPI.

Data de produção de efeitos: 01/07/2020

Agricultura:

Apoios - chuvas e queda de granizo no dia 31/05/2020

[Despacho Normativo n.º 6-A/2020](#)

30/06/2020

Determina a criação de um apoio financeiro que se destina aos agricultores, pessoas singulares ou coletivas, cujas explorações agrícolas, nomeadamente nos pomares de prunóideas, com destaque para a cultura da cereja e pêssago e na cultura da vinha, se situem nos municípios da região Centro que tenham sofrido danos causados pelas chuvas intensas acompanhadas de forte queda de granizo, ocorridas no dia 31 de maio de 2020

Data de produção de efeitos: 01/07/2020

e

Programa «Emparcelar para Ordenar»

[Decreto-Lei n.º 29/2020](#)

29/06/2020

Cria um programa de apoio ao emparcelamento rural simples, designado «Emparcelar para Ordenar» que visa promover o emparcelamento rural simples com vista a aumentar a dimensão física e económica dos prédios rústicos até à superfície máxima de redimensionamento, fixada pela Portaria n.º 219/2016, de 9/08, efetuado ao abrigo do artº 7.º da Lei n.º 111/2015, de 27/08, em territórios vulneráveis.

Os 2 apoios podem ser atribuídos cumulativamente:

- a) criação de uma linha de crédito de apoio ao emparcelamento;
- b) criação de um subsídio não reembolsável para aquisição de prédios rústicos.

Data de produção de efeitos: 01/07/2020

Silvicultura e exploração florestal:

Arborização e rearborização

[Decreto-Lei n.º 32/2020](#)

01/07/2020

3ª alteração ao [Decreto-Lei n.º 96/2013](#), de 19/07, que estabelece o regime jurídico a que estão sujeitas, no território continental, as ações de arborização e rearborização com recurso a espécies florestais.

Principais alterações:

- 1 - Atribui-se aos municípios das áreas territoriais de cada uma das ações competência para autorizar ações de arborização e rearborização com recurso a espécies florestais, desde que disponham de gabinete técnico florestal, ficando excecionadas as ações de arborização e rearborização com recurso a espécies do género *Eucalyptus* spp, as ações que se realizem em áreas inseridas na Rede Nacional de Áreas Protegidas ou Rede Natura 2000, as submetidas ao Regime Florestal, bem como as geridas pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., ou em áreas territoriais abrangidas por mais do que um município.
- 2 - Passam a estar dispensadas de autorização e de comunicação prévia as ações de arborização e rearborização integradas em candidaturas no âmbito de programas de apoio financeiro com fundos públicos ou da União Europeia.
- 3 - Diminuem-se os prazos de comunicação do início de execução das ações de arborização e rearborização, passando de 30 dias para 10 dias.

Data de produção de efeitos: 01/01/2021

e

Licenciamento de corte de árvores / desbaste e arranque de árvores

[Decreto-Lei n.º 31/2020](#)

30/06/2020

Aprova o regime do manifesto de corte, corte extraordinário, desbaste ou arranque de árvores e da rastreabilidade do material lenhoso (MCA) em Portugal continental, que se destinem à comercialização e ao autoconsumo para transformação industrial, bem como a rastreabilidade do material lenhoso destinado à indústria de primeira transformação e à exportação, excecionando-se deste regime o corte, o corte extraordinário, o desbaste ou o arranque de árvores de espécies florestais, quando se verificarem as seguintes situações:

- a) se destinem exclusivamente a autoconsumo, com exceção dos casos de autoconsumo para transformação industrial; **ou**
- b) o número de árvores seja inferior ou igual a 10.

Data de produção de efeitos: 27/12/2020

Indústria Agroalimentar: colocação no mercado de sidra, o vinagre de sidra e o vinagre de maçã

[Decreto Legislativo Regional n.º 7/2020/M](#)

03/07/2020

Define e caracteriza a sidra, o vinagre de sidra e o vinagre de maçã produzidos na Região Autónoma da Madeira e estabelece as regras aplicáveis à sua colocação no mercado.

Data de produção de efeitos: 01/10/2020

Setor Energético:

Sistema elétrico - mecanismo de equilíbrio concorrencial

[Despacho n.º 6740/2020](#)

30/06/2020

Estabelece o valor de pagamento por conta a aplicar em 2020 aos produtores de energia elétrica abrangidos pelo mecanismo de equilíbrio concorrencial, abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 74/2013

Data de produção de efeitos: 01/01/2020

e

Setor do gás natural - tarifas

[Diretiva n.º 12/2020](#) ERSE

30/06/2020

Aprova a atualização da tarifa de energia 2019-2020 do setor do gás natural

Data de produção de efeitos: 01/07/2020

Comércio a retalho de energia: pontos de carregamento elétrico

[Decreto Regulamentar Regional n.º 15/2020/A](#)

03/07/2020

1ª alteração ao [Decreto Regulamentar Regional n.º 2/2020/A](#), de 27/01, atribuição de incentivos financeiros para a aquisição de veículos elétricos e de pontos de carregamento, republicando-o.

Serviços da sociedade da informação: procedimento de informação no domínio das regras técnicas

[Decreto-Lei n.º 30/2020](#)

29/06/2020

Estabelece as regras a que obedece o procedimento de informação no domínio das regras técnicas relativas a produtos e das regras relativas aos serviços da sociedade da informação, transpondo a [Diretiva \(UE\) 2015/1535](#), relativa a um procedimento de informação no domínio das regulamentações técnicas e das regras relativas aos serviços da sociedade da informação.

Não é aplicável:

- a) Aos serviços de radiodifusão sonora;
- b) Aos serviços de radiodifusão televisiva referidos na alª e) n.º 1 do artº 1.º da Diretiva n.º 2010/13/UE;
- c) Às regras relativas a questões sujeitas à regulamentação da União Europeia, em matéria de serviços de telecomunicações referidos na Diretiva n.º 2002/21/CE;
- d) Aos serviços indicados no anexo I deste diploma e do qual faz parte integrante;
- e) Às regras relativas a questões sujeitas à regulamentação da União Europeia, em matéria de serviços financeiros, nomeadamente os referidos no anexo II a este diploma;
- f) Às regras enunciadas pelos ou para as plataformas de negociação, na aceção do Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, ou outros órgãos que efetuem operações de compensação ou de liquidação desses mercados, com exceção da alª f) n.º 3 do artº 5.º deste diploma;
- g) Às medidas consideradas necessárias, no âmbito dos Tratados, para assegurar a proteção das pessoas e, em especial, dos trabalhadores, durante a utilização dos produtos, desde que essas medidas não afetem esses produtos

Data de produção de efeitos: 30/06/2020

Seguros: conflito de interesses nos fundos de pensões

[Norma regulamentar n.º 7/2020-R](#) ASF

29/06/2020

Define os termos e as condições em que operações que envolvam um potencial conflito de interesses, incluindo em matéria de contribuições em espécie para fundos de pensões, podem ser realizadas

Data de produção de efeitos: 30/06/2020

Justiça: honorários na proteção jurídica

[Portaria n.º 161/2020](#)

30/06/2020

Atualiza o valor da unidade de referência constante da tabela anexa à Portaria n.º 1386/2004, de 10/11 (*tabela de honorários dos advogados, advogados estagiários e solicitadores pelos serviços que prestem no âmbito da proteção jurídica*), por aplicação do índice de preços no consumidor, anual, sem habitação, e considerando todo o território nacional (IPC), referente ao ano de 2019, conforme divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Data de produção de efeitos: 01/01/2020

Atividades de Emprego: Portugal 2020 - Inclusão Social e Emprego (emprego / empreendedorismo)

[Portaria n.º 163/2020](#)

01/07/2020

7ª alteração à [Portaria n.º 97-A/2015](#), de 30 /03, que aprova o Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego.

Administração Pública: Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública (PREVPAP)

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2020](#)

01/07/2020

Determina a fixação de prazos para a conclusão dos procedimentos referentes ao programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública, para efeitos do disposto no n.º 1 do artº 21.º da Lei do Orçamento do Estado 2020, aprovada pela Lei n.º 2/2020.

Educação e Formação:

Centro de Estudos Judiciários - Formação de Magistrados

[Lei n.º 21/2020](#)

02/07/2020

4º alteração à [Lei n.º 2/2008](#), de 14/01, que regula o ingresso nas magistraturas, a formação de magistrados e a natureza, estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários, no sentido de assegurar formação obrigatória aos magistrados sobre a Convenção sobre os Direitos da Criança.

e

Calendário escolar para 2020-2021

[Despacho n.º 6906-B/2020](#)

03/07/2020

Determina a aprovação dos calendários, para o ano letivo de 2020-2021, dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário e dos estabelecimentos particulares de ensino especial, bem como o calendário de provas e exames dos ensinos básico e secundário

e

Acesso de estrangeiros ao ensino superior

[Decreto-Lei n.º 33/2020](#)

01/07/2020

Aprova medidas excecionais para garantir o acesso ao ensino superior, no ano letivo de 2020-2021, por estudantes oriundos dos sistemas de ensino secundário estrangeiros.

Principais alterações:

- 1 - Os candidatos ficam dispensados de efetuar as provas de ingresso através dos exames finais de disciplinas dos cursos.
- 2 - Passam a utilizar-se, para efeitos de cálculo da respetiva nota de candidatura, a classificação final das disciplinas do respetivo ensino secundário que sejam correspondentes às provas de ingresso exigidas para o acesso ao par instituição/ciclo de estudos a que se candidatam, convertida para a escala de 0 a 200, quando necessário

Património e Cultura: Portugal 2020 - Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos

[Portaria n.º 164/2020](#)

02/07/2020

8ª alteração à [Portaria n.º 57-B/2015](#), de 27/02, que aprova o do Regulamento Específico do Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, no sentido de prever a elegibilidade de despesas relativas à organização, realização e promoção de eventos associados ao património, à cultura e a bens culturais, com elevado impacte em termos de projeção da imagem de uma região.

Data de produção de efeitos: 03/07/2020

Atividades Imobiliárias: Programa Bairros Saudáveis

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 52-A/2020](#)

01/07/2020

Cria o Programa Bairros Saudáveis, com a finalidade de dinamizar parcerias e intervenções locais de promoção da saúde e da qualidade de vida das comunidades territoriais, através do apoio a projetos apresentados por associações, coletividades, organizações não governamentais, movimentos cívicos e organizações de moradores, em colaboração com as autarquias e as autoridades de saúde.

O Programa prevê os seguintes tipos de apoio:

- a) Ações ou intervenções pontuais, com apoio máximo até € 5000;
- b) Serviços à comunidade, com apoio máximo até € 25 000;
- c) Pequenos investimentos e ações integradas, com apoio máximo até € 50 000.

a projetos que podem desenvolver-se segundo um ou vários dos seguintes eixos:

a) Saúde:

- i) Intervenções de promoção da saúde e prevenção da transmissão de doenças infecciosas e prevenção de doenças crónicas não transmissíveis, designadamente, divulgação e apoio ao cumprimento efetivo e continuado das normas e recomendações da Direção-Geral da Saúde no âmbito da COVID -19 e outras doenças de notificação obrigatória;
- ii) Apoio na adaptação e aplicação das normas no contexto específico;
- iii) Promoção de estilos de vida saudáveis; articulação com o Plano Local de Saúde;

b) Social:

- i) Intervenções de coesão social e promoção da cidadania, que podem dirigir-se a faixas etárias específicas;
- ii) Iniciativas com vista à segurança alimentar;
- iii) Iniciativas culturais ou desportivas com envolvimento da comunidade;
- iv) Criação de redes solidárias de vizinhança e de comissões de lote em bairros públicos ou comissões de moradores;
- v) Apoio aos cidadãos na identificação e na resolução de situações em matéria de nacionalidade, de regularização de documentação e de acesso a cuidados de saúde, promovendo a intervenção dos serviços públicos competentes, que devem assegurar as condições de atendimento para o efeito, tendo em vista o acompanhamento ativo e integrado destas situações;

c) Económico:

- i) Capacitação e criação de emprego local, designadamente apoio aos idosos isolados e na resolução das suas necessidades, empreendedorismo local com uma perspetiva de sustentabilidade para a comunidade;
- ii) Criação de sistemas experimentais de aquisição e troca de bens essenciais, designadamente caixas solidárias, moedas locais, bolsas de produtores locais, cooperativas de consumo;

d) Ambiental:

- i) Intervenções de qualificação do espaço público;

e) Urbanístico:

- i) Intervenções no tecido edificado, remoção de materiais contaminantes, designadamente amianto, escoamento de gases tóxicos produto de combustão;
- ii) Apoio a iniciativas urbanísticas;
- iii) Instalação ou melhoria de equipamentos desportivos; melhoria de acessibilidades externas às habitações.

Data de produção de efeitos: 02/07/2020

Resumo dos Flash diários

FLASH Nº 52

DGS - Espaços de Prática de Exercício Físico e Desporto, e Competições Desportivas de Modalidades Individuais sem Contacto

A DGS atualizou a [Orientação n.º 30/2020](#), de 29/05, relativamente aos Espaços de Prática de Exercício Físico e Desporto e Competições Desportivas de Modalidades Individuais sem Contacto (espaços fechados ou ao ar livre, pistas, ginásios, piscinas, academias desportivas (dança, artes marciais, e atividades similares), salas de massagem e clubes de saúde)

Cimeira Mundial da OIT sobre o impacto da COVID-19 no mundo do trabalho

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) organiza a [Cimeira Mundial online sobre o impacto da COVID-19 no mundo do trabalho](#) que decorre entre os dias 1 e 9 de julho.

FLASH Nº 51

Segurança Social - Planos Prestacionais – pagamento de dois terços das contribuições diferidas

A Segurança Social [informa](#) que se encontra disponível, durante o mês de julho, a funcionalidade que permite, aos trabalhadores independentes e às entidades empregadoras, registar o pedido de plano prestacional de regularização dos montantes de contribuições diferidas e o respetivo procedimento.

FLASH Nº 50

Férias em Lay-off

A ACT emitiu, em conjunto com a DGERT, um esclarecimento sobre [férias gozadas durante o período de aplicação do “lay-off”](#)

SIFIDE | Apresentação de candidaturas até 31 julho

Por força das circunstâncias associadas ao COVID-19, foi emitido um [despacho](#) conjunto, pelo Ministério da Economia e Transição Digital, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e pelo Ministério das Finanças, a 25 de junho de 2020 determinando o dia 31 de julho de 2020 como prazo limite para a submissão de candidaturas ao SIFIDE, para empresas que encerraram o exercício fiscal a 31 de dezembro de 2019.

FLASH Nº 49

DGS: Procedimentos de Prevenção e Controlo de infeção para o setor das frutas e legumes (Explorações agrícolas e Centrais de embalagem e armazenamento)

A Direção Geral de Saúde e a Direção Geral de Alimentação e Veterinária publicaram a [Orientação Conjunta nº 1/2020/DGS/DGAV de 26 de Junho](#), respeitante aos procedimentos de Prevenção e Controlo de infeção para o setor das frutas e legumes (Explorações agrícolas e Centrais de embalagem e armazenamento)

Comissão de Normalização Contabilística (CNC) – Recomendações para o Setor Empresarial

A CNC emitiu as seguintes Recomendações:

[Recomendação 4](#) – Tratamento dos acordos para redução e/ou diferimento de rendas no âmbito da pandemia de COVID-19;

[Recomendação 5](#) – Tratamento da atribuição de condições extraordinárias a financiamentos no âmbito da pandemia de COVID-19;

[Recomendação 6](#) – Recomendação sobre o impacto da pandemia de COVID-19 na imparidade de ativos não financeiros (NCRF 12).

COVID-19: A 15ª ferramenta OiRA em Portugal

A ACT disponibiliza uma nova [ferramenta OiRA COVID-19](#), que contém medidas associadas a vários problemas que podem ser encontrados no contexto de combate à COVID-19 e inclui, orientações e recomendações das entidades competentes nacionais e europeias, particularizando a utilização desta plataforma pelas micro e pequenas empresas e por todos os profissionais que as pretendam utilizar. Esta plataforma é de utilização livre e gratuita, necessitando apenas de um endereço eletrónico.

FLASH Nº 48

DGS: Sistemas AVAC (Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado) nas Unidades de Prestação de Cuidados de Saúde

A DGS publicou a [Orientação n.º 33 de 29 de Junho](#) respeitante aos Sistemas AVAC (Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado) nas Unidades de Prestação de Cuidados de Saúde.

Entidade Reguladora para a Comunicação Social – Direito de Acesso à Informação

Face a restrições ao acesso à informação, no contexto da pandemia de COVID-19, o Conselho Regulador da ERC emitiu, esta segunda-feira, um [comunicado](#) em que alerta todas as entidades que lidam com os *media* para a necessidade de respeitar escrupulosamente a legislação aplicável em matéria de direito de acesso à informação, incluindo o direito de acesso a locais públicos, abertos ao público ou à generalidade da comunicação social.

CNPD - Sistema STAYAWAY COVID

A CNPD emitiu, ontem a [Deliberação 2020/277](#) sobre a avaliação de impacto sobre a proteção de dados (AIPD) relativa ao sistema STAYAWAY COVID, para rastreio da propagação da doença, através da utilização voluntária de uma aplicação para dispositivos móveis pessoais.

Questionário Eurofound – Viver, trabalhar e Covid 19

Participe na 2ª ronda do estudo "Viver, trabalhar e COVID-19 respondendo ao [Questionário Eurofound](#)